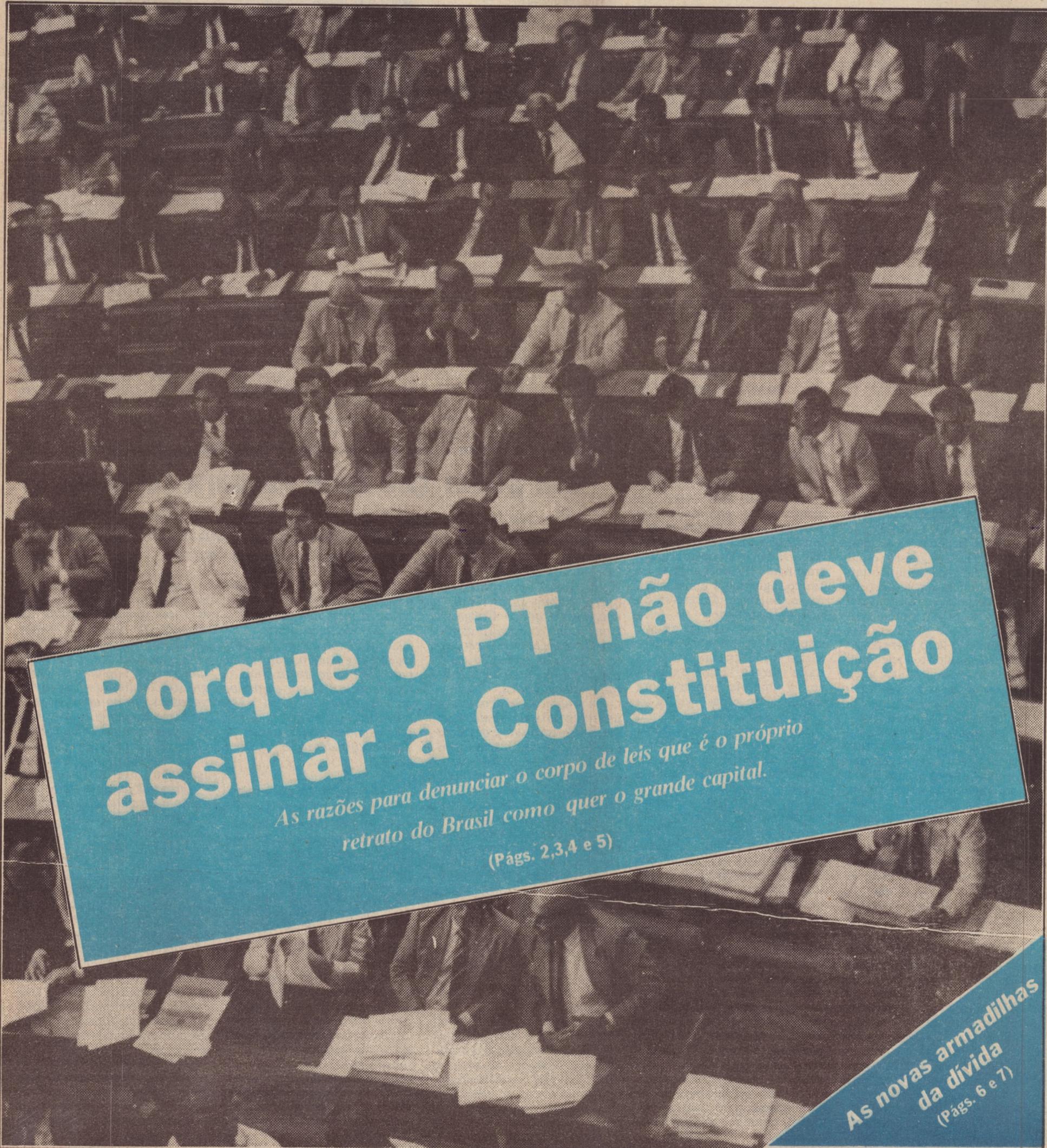


# EM TEMPO:

Maio de 1988 — Nº 226 — Ano XI — Cz\$ 60,00



## Porque o PT não deve assinar a Constituição

*As razões para denunciar o corpo de leis que é o próprio retrato do Brasil como quer o grande capital.*

(Págs. 2,3,4 e 5)

**As novas armadilhas da dívida**  
(Págs. 6 e 7)

# Rumo à terceira vitória?

*A nova Constituição quer ser o tratado de um pacto político de longo alcance, fusão de interesses diversos mas convergentes na aceitação de uma ordem dominada pelo grande capital.*

**A** lenta agonia da ditadura havia deixado para as classes dominantes um terreno político, institucional e ideológico minado de brechas e contradições. Uma legalidade social contestada por um amplo, profundo e difuso anseio redistributivista, uma estrutura de controle sindical vazando água por todos os lados, leis e aparatos repressivos apoiados na antiquada doutrina de Segurança Nacional e repudiados pela consciência democrática e liberal, partidos e instituições de poder corroídos pelo desgaste.

A nova Constituição a ser fabricada na encruzilhada da história deveria, assim, ser o palco de uma imprevisível disputa: de um lado, esta vontade de mudança ampla mas difusa, sem ainda ter se constituído em um projeto alternativo à ditadura claro e consistente; de outro, a poderosa unidade de poderes burgueses dominantes, em recuo político tático, e também sem um projeto político claro e consistente.

Não foi assim, porém. Antes mesmo que ela se instalasse, o arranjo feito entre a oposição burguesa e o núcleo político militar da ditadura, abençoado por todas as frações do capital, inverteu o sinal do Congresso Constituinte.

Não houve ruptura institucional mas sim profunda mesclagem entre o velho regime e as forças que deveriam liderar o nascimento do novo. Montadas no acordo político tácito chamado Aliança Democrática, as classes dominantes impuseram ao movimento operário popular a sua primeira vitória constitucional: a Constituição não deveria ser elaborada por um fórum exclusivo, mas por um Congresso ordinário, eleito pelas regras antigas e em pleito coincidente com a escolha de executivos estaduais, com mandato vigiado pela tutela do Executivo.

Definido o terreno da disputa, as classes dominantes forjaram, ajudadas pelo engodo do Plano Cruzado, a sua segunda grande vitória: pelas eleições de novembro de 1986, a Aliança Democrática fez 78,1% das cadeiras no Congresso Constituinte. A compo-

sição conservadora do fórum constituinte ficava reforçada ainda por 6,6% de parlamentares do PDS e 3,2% do PTB.

A primeira vitória constitucional burguesa deslocou o eixo da disputa da oposição entre o novo e o velho regime para uma outra, a da definição do grau de **continuísmo** do velho no novo regime. A segunda vitória, por sua vez, definia de antemão que o grau de **continuísmo** seria altamente elevado.

## Uma dinâmica interburguesa

A dinâmica constitucional neste contexto ganhou o conteúdo de uma formidável barreira de defesa da ordem. De um lado, a esmagadora maioria burguesa agia como um elemento de contenção das pressões políticas e sociais por mudanças amplas e profundas. De outro, o governo central, tendo o poder militar ao fundo, agia como um elemento de contenção de reserva do poder constituinte.

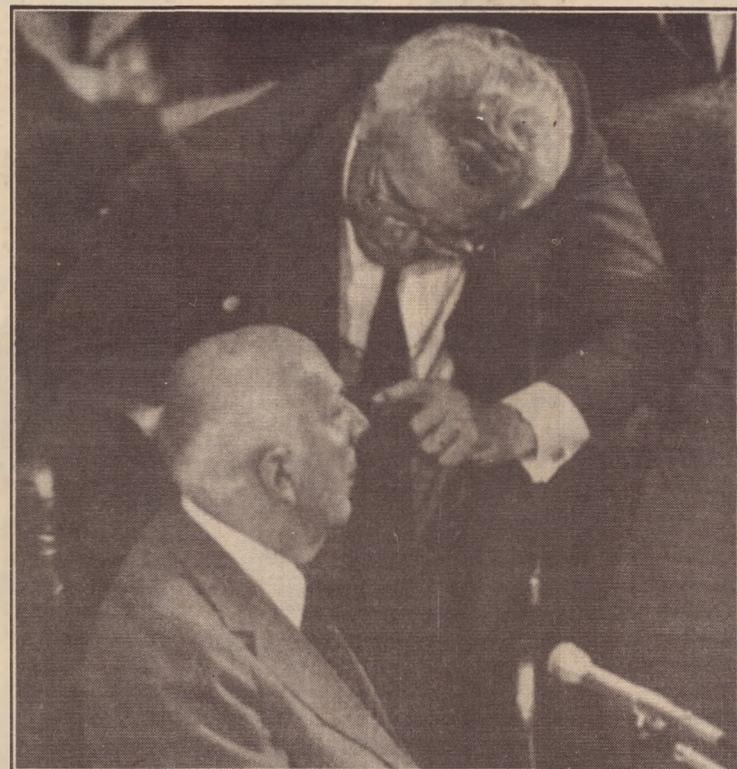
Não se trata apenas de que as propostas de conteúdo ideológico socialista foram colocadas à margem. Mas de que isso, a maioria conservadora impôs como espaço viável de disputa propostas que, na ausência de outro nome, poderíamos qualificar de "reformistas de perfil baixo". Não há nesta qualificação nenhum exagero: o conteúdo das mudanças e pequenas reformas na ordem que estiveram realmente em disputa estão bastante aquém do ímpeto nacional-reformista do início dos anos sessenta, que galvanizou a maior parte das forças da esquerda e do movimento operário e popular.

Assim, no que diz respeito aos direitos sociais o que foi colocado em disputa foi o grau de selvageria do capitalismo brasileiro, não a sua essência. No que tange à ordem econômica, absolutamente nenhuma restrição de fundo ao poder do capital monopolista, mas apenas a distribuição de vantagens entre o nacional e estrangeiro. Pior: no que diz respeito à democracia, ao controle social do Estado, a polêmica res-

valou para um debate deslocado entre parlamentarismo e presidencialismo, deixando o fundamental (o controle militar, o poder repressivo, a legislação eleitoral profundamente distorcida, etc.) de lado.

## A terceira vitória

Apoiadas nesta avalanche conservadora, neste ensombrecimento ideológico que faz parecer até a doutrina liberal subversiva, as classes dominantes querem impor a sua terceira e mais importante vitória. Querem se impor ali, onde a transição burguesa mais fracassou até agora, isto é, de quebrar a espinha do movimento operário independente.



O presidente de honra de um poder sem honra

Após terem falhado seguidamente em seduzir o movimento sindical, através da brutal repressão e do incensamento de lideranças mais que duvidosas, para o pacto social, a "Nova República" quer trazer o PT para um pacto político de grande alcance.

Querem fazer com que o PT legitime a nova Constituição

que está sendo gestada, que ele amesquinhue o seu potencial socialista e revolucionário na canga de um "reformismo de perfil baixo". Uma Constituição que é a própria sagração do mundo concebido como deve ser pelo grande capital, organicamente elitista, visceralmente antipovo e profundamente repressivo.

## Um poder que tudo dá para receber

*Fazendo da máxima de Roberto Cardoso Alves, do Centrão, o seu código de princípios, o poder Constituinte é a síntese baixa da fraude eleitoral, da corrupção e da tutela militar.*

*As classes dominantes vão querer a todo custo vender a imagem de que o Congresso Constituinte concentra as melhores virtudes da Nação, ou seja, que é a expressão máxima de sua vontade livre, soberana e democrática.*

*No entanto, a democracia de representação deste Congresso Constituinte é deformada por vários mecanismos. Dos 69 milhões de brasileiros que compareceram às urnas para elegê-lo, estima-se que cerca de 13 milhões deixaram os votos em branco ou anularam suas cédulas. A coincidência das eleições dos constituintes com a dos governos estaduais, fez com que os programas para a Constituinte não fossem sequer discutidos. Mesmo as publicações burguesas reconhecem que a influência do poder econômico e do uso das máquinas estatais bateu todos os recordes da história nas eleições de novembro de 1986.*

*A abertura dos canais de rádio e tevê veio acompanhada de uma distribuição oligárquica do tempo. Apenas o PMDB, o PFL e o PDS ocuparam dois terços do tempo de propaganda disponível no horário gratuito.*

*Dos 72 senadores do Congresso Constituinte, 23 eram biônicos, pois não foram eleitos em 15 de novembro de 1986. A distorção da representação entre Estados contribuiu para deformar ainda mais o resultado: o PT, por exemplo, fez em 15 de novembro 3.330 mil votos, o PDS fez 4.100 mil; enquanto o PT elegeu 16 deputados federais, o PDS elegeu 32.*

## Nem livre nem soberana

*A compra de votos constituintes e a pressão da caserna agiram durante todo o processo constituinte. Foi, no entanto, na sua votação mais disputada, a definição do mandato de presidente e da forma de governo, que o poder da bolsa e da espada mais mostrou a sua face saliente.*

*De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, a vitória do governo nestas votações custou 9,6 bilhões de cruzados destinados a prefeituras no interior do país, a pedidos de constituintes, sem falar nas concessões de 46 canais de rádio e tevê, patrocinada pelo ministro Antonio Carlos Magalhães.*

*Papel decisivo na definição da votação dos constituintes teve os pronunciamentos de véspera de quatro ministros militares. O ministro do Exército expressou bem o conceito que tem da soberania do Congresso Constituinte: "se aprovados os quatro anos, haverá perturbação da lei e da ordem e o Exército fatalmente será chamado a restabelecê-la como sempre faz, sem que isso implique golpe".*

*Em uma festa de comemoração do resultado, o procurador-geral da República, Saulo Ramos, expunha sem floreios as suas convicções: "o ministro Leônidas Pires Gonçalves, por exemplo, bate continência, perfila-se diante do presidente e aí diz: 'minhas tropas estão preocupadas com o sistema de governo e a duração do mandato'. O pior de tudo é que os militares não aceitam conversa, dizem uma coisa e querem aquilo do jeito como imaginam em suas cabeças."*

*As palavras foram registradas por um repórter do Jornal da Tarde, em março.*

*Mais infeliz do que Sarney é o Congresso Constituinte: para ele nem a delicadeza da continência militar, mas a afronta direta da ameaça.*

# As razões para não assinar a nova Constituição

*A constituição em elaboração é e será por todo um período uma arma poderosa nas mãos das classes dominantes. É necessário desde já enfrentá-la, negando a sua legitimidade.*

A última reunião do Diretório Nacional do PT abriu o debate sobre qual deve ser a posição do partido frente à Constituição, atualmente em fase final de votação. O tema é polêmico e divide parlamentares, membros da direção e da base.

Os argumentos para legitimar esta Constituinte são escassos e de fraca consistência.

Um que vem pelo sentido positivo: "é verdade que não conquistamos o que queríamos, só o possível e pouco, mas este possível e pouco é importante e nossa ação deveria ser principalmente a de ressaltar estas conquistas e defender a sua aplicação".

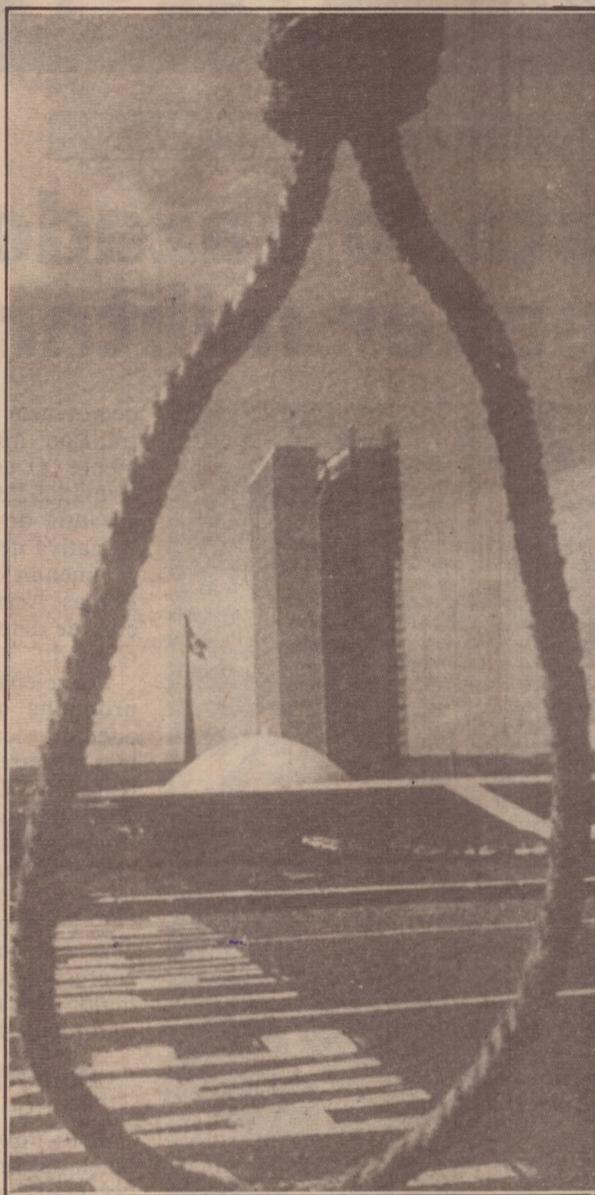
Esse raciocínio tem o defeito básico de trazer para o plano da luta política uma lógica que pode até ser válida para uma campanha salarial, onde, avaliando-se a correlação de forças, pode-se assinar um acordo não lá muito favorável. Um processo constituinte não é, porém, uma campanha salarial: o seu resultado tem validade por todo um período e, no caso, conta e muito o que não foi conquistado isto é, o que foi aprovado de interesse das classes dominantes. Elas usarão de cada lei de repressão, de cada lei de negação da reforma agrária, de cada direito atribuído ao grande capital (a liberdade de demitir, por exemplo).

Não há, por outro lado, nenhuma contradição em denunciar de conjunto o caráter conservador da Constituinte e lutar topicamente pela aplicação das pequenas conquistas.

A outra razão se infiltra pela negativa: não assinar a Constituição isolaria o PT e daria um argumento valioso para as classes dominantes colocarem o partido na ilegalidade.

O argumento de novo peca pela base. A ilegalização do PT, no fundamental, não depende de um ou outro argumento jurídico — na Constituição aprovada, haverá certamente quem ache motivos para fazê-lo, em nome da ordem — mas da correlação de forças real no plano da política vigente em um determinado momento da luta de classes (que depende, por sua vez, do grau de unidade das classes dominantes, do nível de consciência e de organização dos trabalhadores, da conjuntura internacional etc). A ilegalização do PCB na década de 40 se fez até favorecida pela posição conciliatória adotada por este partido no processo Constituinte.

O motivo do isolamento não é novo. O partido já o



A nova Constituição: uma arma contra a maioria

enfrentou no debate em torno do comparecimento ou não ao Colégio Eleitoral, quando a aura da "Nova República" brilhava com muito mais intensidade.

## Um significado histórico

Haverá quem atribua a este posicionamento do PT um significado menor, enleado pelas perspectivas de crescimento eleitoral postas diante dos olhos partidários pelas pesquisas já divulgadas.

Navega na ilusão quem traça para o PT uma rota de viagem tranqüila em meio à calmaria. O estatuto dos direitos sociais, as normas de democracia, a organização do poder econômico definidos na nova Constituição são a confirmação do veto ao projeto histórico pelo qual o PT nasceu e luta. A rota é de choques e de colisões e não o contrário.

A constituição em elaboração é e será por todo um período uma arma poderosa nas mãos das classes dominantes. Não há, pois, como se esquivar ou adotar uma atitude de camaleão frente à luta democrática: trata-se de aprofundá-la e isto passa necessariamente pelo posicionamento do PT de negar legitimidade a esta Constituição.

## Preparar o posicionamento

Não é uma decisão fácil, como também não foi fácil a decisão de não votar em Tancredo. Por isso mesmo, ela deve ser bem discutida e preparada.

É fundamental, em primeiro lugar, que se faça um debate amplo, e não apenas nos organismos de direção, dando livre curso às diversas posições.

É importante também que o PT procure alicerçar este posicionamento junto ao máximo de setores e entidades que viram suas expectativas de mudança frustradas pelo Congresso Constituinte. Quanto mais amplo este posicionamento, mais dificuldade terão os partidos da ordem em enfrentá-lo.

Por fim, é importante que a não legitimação da Constituinte seja combinada com uma ofensiva política do partido. A manutenção da candidatura de Lula, fazendo eco a todas as reivindicações programáticas negadas pela Constituinte, será certamente importante neste sentido.

## Um balanço crítico

*Colocando de forma desequilibrada a ênfase na luta por pequenas conquistas, o PT sofreu fortemente os problemas do isolamento e da diluição.*

Com uma bancada de dezesseis parlamentares em meio a um Congresso de 559 Constituintes, com uma composição fortemente conservadora, o PT tinha desde o início que enfrentar o risco do isolamento e da diluição política.

A única maneira de quebrar o isolamento institucional do partido seria o de combinar a ação parlamentar com a ênfase no movimento de massas. A pressão do movimento poderia atenuar ou até episodicamente inverter a correlação de forças favorável à maioria conservadora.

Por sua vez, para evitar a diluição frente à massa burguesa dominante, o partido teria que subordinar a luta por conquistas parciais (as quais se avaliava, desde o início, seriam muito pequenas) com a demarcação de propostas e a denúncia de conjunto do processo constituinte.

O fato é que a relação do PT com o Congresso Constituinte acabou por dar mais ênfase à ação parlamentar do que à ação de massas e sua atuação muito mais peso à dinâmica de conquistas parciais do que à demarcação e à denúncia de conjunto do processo.

Este desequilíbrio na atuação do PT teve três consequências. Em primeiro lugar, fez com que a atuação do partido gravitasse ao sabor da dinâmica e das tendências do Con-

gresso Constituinte. Ela foi dispersa quando os trabalhos constituintes se dissolveram nas comissões temáticas; marcou-se pelas alianças tóxicas com os liberais-progressistas do PMDB na Comissão de Sistematização; sobressaiu-se no confronto com o Centrão no início da dinâmica no plenário; diluiu-se frente à dinâmica de acordos entre o centro e a direita ultra-conservadora na votação dos capítulos seguintes.

### Ambigüidades

Em segundo lugar, o partido teve em vários momentos uma dificuldade em definir as suas posições em função de seu programa, sendo tragado pela dinâmica de disputas inter-burguesas. Se marcou corretamente a sua posição na votação da estrutura sindical, abstendo-se, confundiu-se profundamente com setores nacionalistas burgueses e grandes capitalistas nacionais na votação da ordem econômica, nos capítulos que definiam a partilha de direitos e favores entre o capital nacional e internacional. Bastante controverso acabou sendo o posicionamento em favor do presidencialismo, no confronto entre o bloco pró-Sarney e a

proposta de um "acórdão parlamentarista", patrocinado por Ulysses.

Em terceiro lugar, pelo menos em um episódio o partido se orientou de forma diametralmente oposta à posição correta. Foi quando se contrapondo à ameaça de golpe militar, assinou indistintamente com todos os partidos burgueses uma nota em defesa do Congresso Constituinte. Felizmente, este posicionamento não teve maiores repercussões. O mesmo Congresso Constituinte, logo em seguida, obedecendo à vontade do Planalto, votaria os cinco anos para o mandato presidencial.

Todas estas críticas à atuação do PT na Constituinte não podem ser entendidas como uma crítica dirigida apenas à bancada parlamentar, ou aos parlamentares individualmente, os quais na sua grande maioria e em vários momentos desempenharam um papel brilhante e combativo.

É antes uma crítica à tática política que acabou prevalecendo e que tem profunda relação com todas as dificuldades de construção do partido. E este é um balanço importante de ser feito, agora que o PT está sendo chamado a tomar uma posição de conjunto sobre o processo Constituinte e sobre a nova Constituição produzida por ele.

O país que está escrito no texto constitucional está a anos luz do programa do PT e mesmo a léguas de distância do antigo programa de oposição do MDB.



# O Brasil como

Ordem política

## Um Estado vazado pelo poder militar

**A** nova Constituição votada não modifica a substância do sistema autoritário de poder que a "Nova República" herdou da ditadura militar.

As Forças Armadas continuam profundamente imbricadas na estrutura do Estado, com seis Ministérios: o das três Armas, o do SNI (que tem, portanto, estatuto de ministro), o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas e o chefe da Casa Militar. A proposta da criação de um Ministério da Defesa, a ser ocupado por um civil e reunindo o comando direto das três Armas, sequer foi levada à plenário para votação.

Guardaram com todo o zelo a sua autonomia corporativa. Já a Comissão de Sistematização, com o apoio do anistiado Covas, havia recusado a anistia aos militares cassados.

Todo o sistema tentacular de informação e de repressão montado pela ditadura continua de pé: o SNI, a ESNI, as DSI, as ASI, os Codi-Doi e os serviços de informação de cada Arma — o CIEX, o Cenimar e a Cisa. A única modificação é a introdução do **habeas data**, mas não se sabe ainda como funcionará quando se tratar de informações em poder do SNI. As polícias militares voltam a se subordinar, "juntamente com as polícias civis, aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios", mas continuam sendo constitucionalmente definidas como "forças auxiliares e de reserva do exército".

A excrecência do Conselho de Segurança Nacional apenas ganhou um novo nome: chama-se agora "Conselho de Defesa Nacional". Nele têm assento todos os ministros militares e é de sua competência, entre outras funções, "opinar sobre a decretação do Estado de Defesa, do Estado de Sítio e da Intervenção Federal".

O Estado de Defesa é o novo nome das chamadas medidas de emergência, introduzidas pelo governo Geisel em substituição ao AI-5. O Estado de Defesa pode ser decretado pelo Presidente da República "em locais determinados e restritos" por "um prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, e por igual período, se persistirem as razões que justificaram a decretação". Diz o parágrafo terceiro do artigo 160 da nova Constituição: "O Estado de Defesa autoriza, nos termos e limites da lei, restrições dos direitos de reunião e de associação; do sigilo da correspondência, de comunicação telegráfica e telefônica; e, na hipótese de calamidade pública, a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e privados, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes".

O Estado tem ainda o acesso à decretação do Estado de Sítio, com aprovação de maio-



ria absoluta no Congresso Nacional. As imunidades parlamentares subsistirão durante o Estado de Sítio, mas poderão "ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, as do Deputado ou Senador, cujos atos, fora do recinto do Congresso, sejam manifestamente incompatíveis com a execução das medidas".

Mais importante ainda, a futura Constituição delega a última palavra de defesa da

democracia às Forças Armadas que têm a tradição histórica de violá-la sistematicamente. O artigo 168 afirma que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem". A emenda do PT que definia o papel das Forças Armadas exclusivamente nas funções de defesa contra a agressão externa foi rejeitada.

Foi rejeitada também a emenda do PT que propunha que a Justiça Militar competia apenas processar e julgar os militares nos crimes militares definidos em lei. Foi mantido o texto do "Centrão", que dá competência à Justiça Militar para julgar os crimes militares, não importando quem os cometa. Os crimes militares, como já ocorre, serão definidos no Código Penal Militar.

O PT apresentará na votação das disposições transitórias uma emenda propondo a supressão da Lei de Segurança Nacional. A maior probabilidade, porém, é que a emenda seja rejeitada.

### Poderes presidenciais e eleições

Pelo novo texto aprovado, o Congresso Nacional reforça o seu poder de interferência na elaboração dos orçamentos, podendo propor emendas aos projetos de lei enviados pelo Executivo, referentes ao orçamento anual, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias. Não passaram as emendas do PT que previam a aprovação prévia do Congresso Nacional para a compra e venda de material bélico ao exterior e a transferência do Senado para o Congresso Nacional da competência para decidir sobre operações externas e internas de natureza financeira de interesse do poder público.

No fundamental, foram mantidos os atuais poderes do presidente e um nível bastante pequeno do poder de fiscalização do Congresso. Este, ao contrário da proposta do PT, continuam bi-cameral, com o Senado em geral com uma composição mais conservadora mantendo as suas atribuições.

Houve uma mudança importante na legislação eleitoral, com a introdução do voto facultativo aos maiores de dezesseis anos. Mas a Constituinte não prevê nenhuma defesa contra o uso e abuso do poder econômico, de defesa contra fraudes, além de manter as grandes distorções vigentes na representação dos diversos Estados.

Foi rejeitada também a emenda proposta por Benedita da Silva que proíbe o Brasil de estabelecer relações diplomáticas e celebrar acordos internacionais com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial, como a África do Sul.

**N**o capítulo da ordem econômica, o novo texto constitucional deixa intacto o domínio do grande capital sobre as terras, sobre os bancos, sobre os setores industriais chave e os meios de comunicação. Em um país onde impera o poder de monopólio, não se criaram sequer mecanismos de controle ou moderação da atividade econômica dos grandes capitalistas.

Não passou, com o propunha o PT e é a realidade inclusive em vários países capitalista, a estatização dos "bancos e todas as demais instituições do Sistema Financeiro Nacional". Os brasileiros continuam, portanto, submetidos ao poder desorganizador da especulação e do enriquecimento parasitário deste grupo de capitalistas.

Quando do fechamento desta edição, estavam sendo negociados os termos do texto que regula a propriedade fundiária. É líquido e certo, no entanto, que aí a Constituição manterá intocada um dos mais escandalosos regimes de concentração fundiária existentes no mundo. Toda a mobilização rural foi incapaz de quebrar o cerco do conservadorismo no Congresso Constituinte.

As propostas defendidas pelo PT em relação aos meios de comunicação, que propunham o controle das concessões de canais de rádio e tevê (hoje usados como mecanismos de clientelismo político) e o veto do exercício destas funções sociais com fins lucrativos. A mídia continua, assim, controlada pelos grandes grupos capitalistas.

Em relação aos impostos, o texto básico trabalhado foi o apresentado pelo "Centrão". A modificação substantiva ficou por conta da distribuição da arrecadação, com a União cedendo aos Estados uma quota maior no quinhão no bolo das receitas tributárias. No entanto, foi mantida na fundamental a absurda regressividade do atual sistema: não passou a proposta do PT que "proíbe a inciden-



# eles querem

Ordem econômica

Direitos sociais



## As leis de ferro do grande capital

cia de impostos de qualquer natureza em relação aos gêneros de primeira necessidade” e também outro que “proibe a caracterização como renda, para efeitos tributários, da remuneração, salário, proventos de aposentadorias e pensões até o limite de 15 salários mínimos”.

O enfrentamento da questão do pagamento da dívida externa e de seus juros, que condiciona e continuará condicionando toda a política econômica do país, dificilmente ocorrerá na votação das disposições transitórias.

### Capital nacional e internacional

Com grande estardalhaço, foi recebida a votação de alguns itens com um conteúdo que privilegia o capital nacional. É bastante discutível que eles venham a beneficiar a maioria dos brasileiros e em especial os trabalhadores.

Pela nova Constituição, a pesquisa, a lavra e a exploração do subsolo só poderão ser realizadas pelas empresas brasileiras de capital nacional. Os principais beneficiados serão alguns poucos grupos privados nacionais, de porte suficiente para investir no

setor, alguns deles que mantêm inclusive laços estreitos com o capital externo.

A “empresa brasileira de capital nacional”, com atividades “estratégicas” para a defesa nacional ou “imprescindíveis para o desenvolvimento” poderá ganhar “proteção e benefícios especiais temporários”. O Estado só se tornará empresário quando “necessário “aos imperativos da segurança nacional ou ao relevante interesse coletivo”. A empresa estatal só será criada através de lei específica e o nascimento de subsidiárias também dependerá de autorização legislativa.

Se tem o sentido de limitar em um certo nível o grau de concessões ao capital estrangeiro, estas leis não mudam no fundamental o estatuto de internacionalização da economia brasileira. E ao coibir a intervenção estatal, abrindo-se o campo para o incentivo ao capital nacional, o que se aprova na verdade é a possibilidade da manutenção de toda uma política de “socialização dos prejuízos” e “privatização dos lucros” que está profundamente entranhada na estrutura orçamentária do Estado brasileiro.

## Arranhando na margem o perfil selvagem do capitalismo brasileiro

**O**s estudos estatísticos comparativos divulgados recentemente pela Unicef e mais do que confirmados pelos dados também recentemente publicados da PNAD de 1986 demonstram toda a calamidade social do país. O Brasil é o país do mundo que apresenta a maior, a mais infamante e escandalosa distância entre a sua riqueza econômica e a qualidade de vida da maioria de seus habitantes.

Esta calamidade social está asentada em um tripé: domínio do grande capital sobre os principais ramos da economia, atuação repressiva e o baixo grau de serviços e de direitos sociais do Estado.

A nova Constituição abençoou este tripé e é a partir dessa dimensão que devem ser avaliadas as pequenas conquistas, em grande medida capitaneadas pelo PT, no capítulo dos direitos sociais dos trabalhadores.

O texto constitucional aprovado recusou as propostas populares de veto ao exercício lucrativo do capital nos setores de educação e de saúde. Em um período em que o Estado vê-se permanentemente levado a reduzir os gastos sociais, esta decisão do Congresso Constituinte abre uma avenida para a continuidade da tendência da privatização do serviço nestes setores, com tudo o que isto significa para a população de menor poder aquisitivo.

### Conquistas na margem

As conquistas sociais apenas arranhando a disposição selvagem de exploração do grande capital.

Não há estabilidade para o trabalhador, em um país onde o exército industrial de reserva é estruturalmente acentuado, onde o seguro desemprego praticamente não existe, onde impera a lei do cão da rotatividade. O trabalhador pode ser demitido arbitrariamente mediante indenização, que fica maior. Ela será desde já em torno de 40% do saldo do FGTS e será definida de

forma mais permanente por uma lei complementar.

A reivindicação secular de uma jornada de 40 horas semanais não foi atendida. Ela foi reduzida de 48 para 44 horas e eventuais diminuições ficam por conta de convenção coletiva.

A licença da gestante aumentou de 12 semanas para 120 dias, além de ter sido criada a licença paternidade de oito dias. O prazo para a reclamação de direitos trabalhistas lesados aumentou de dois para cinco anos. A jornada normal em turnos foi reduzida de oito para seis horas. O salário-mínimo será definido pelo Congresso e não por decreto presidencial, como atualmente, mas a proposta do PT de reajuste mensal automático não passou.

Apesar de pequenas, estas importantes conquistas sociais podem sofrer cortes na votação do 2º turno da Constituição e os grupos de pressão empresarial já estão se mobilizando para isso.

### Organização sindical

O Estado não pode mais cassar mandatos e intervir em sindicatos, o que é um avanço importante. Entretanto, foram mantidos:

— o imposto sindical, fonte de corrupção e peleguismo;

— o sistema confederativo, configurando uma estrutura verticalista, cupulista e de baixa representatividade;

— a unicidade sindical, ou seja, sindicato único por categoria profissional (proíbe-se o sindicato por ramo de atividade) numa mesma base territorial, que é decidida pelos trabalhadores.

Estes princípios contrariam na base o processo de construção da CUT. O PT se absteve na votação deste item.

Nem o ministério nem a Justiça do Trabalho poderão decretar a ilegalidade da greve como ocorre hoje. Ela, porém, continua proibida nos setores essenciais, sendo que a definição destes será feita por lei complementar.

## FIQUE POR DENTRO

cadernos Democracia Socialista

- Vol. I — Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado.....Cz\$ 150,00
- Vol. II — Teses Sindicais.....Cz\$ 150,00
- Vol. III — Marxismo e Religião na América Latina (Michael Löwy).....Cz\$ 100,00
- Vol. IV — A Recomposição do Movimento Operário e a Construção da IV Internacional.....Cz\$ 150,00
- Vol. V — A Burocracia no Movimento Operário (Ernest Mandel / Perry Anderson).....Cz\$ 150,00
- Introdução ao Marxismo (Ernest Mandel).....Cz\$ 400,00
- O Lugar do Marxismo na História (Ernest Mandel).....Cz\$ 400,00
- A Teoria Leninista da Organização (Ernest Mandel).....Cz\$ 300,00
- Da Crítica ao Populismo à Construção do PT (Raul Pont).....Cz\$ 300,00
- Pacto Social — Da Negociação ao pacote (Régis Moraes).....Cz\$ 400,00
- As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen (Michael Löwy).....Cz\$ 700,00
- Rosa, a Vermelha.....Cz\$ 600,00
- Che, Vinte Anos Depois (vários autores).....Cz\$ 600,00
- A Burguesia e a Contra-revolução (Karl Marx).....Cz\$ 300,00
- A Necessidade do Controle Social (István Mészáros).....Cz\$ 300,00

Pedidos com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 01414 — São Paulo — SP

# DÍVIDA EXTERNA

A espoliação da América Latina					
	1980	1983	1984	1985	1986
Transferência de recursos (% do PIB)	+ 2,2%	- 5,1%	- 4,1%	- 4,7%	- 3,0%
Taxa de investimentos (como % do PIB)	23,3%	17,4%	17,5%	16,9%	17,4%

Fonte: Banco Mundial

A dívida total do Terceiro Mundo (em US\$ bilhões)					
	1984	1985	1986	1987	1988
Longo prazo	714	784	871	930	980
Curto prazo	163	166	150	155	155
Total	958	1.038	1.120	1.190	1.245

Fonte: Banco Mundial

A crise da dívida externa dos países do "Terceiro Mundo" marcou a conjuntura econômica internacional desta década. De uma parte, uma parcela apreciável dos lucros dos grandes bancos — notadamente os dos Estados Unidos — provinham dos juros cobrados dos países dependentes por dívidas contraídas na década de 70. De outro lado, a crise econômica nestes países fez com que fosse cada vez mais difícil cumprir tais compromissos, com destaque para os três maiores devedores: Brasil (dívida de US\$ 113 bilhões), México (dívida de US\$ 108 bilhões) e Argentina (dívida de US\$ 54 bilhões).

Frente a esse quadro, o capital bancário internacional respondeu com a formação de provisões para créditos duvidosos, e também com um ofensiva para realizar outro tipo de operações, com a conversão da dívida em ativos financeiros ou industriais, com o qual tanto os bancos como as empresas multinacionais passam a deter um maior controle sobre os recursos produtivos dos países dependentes.

Paralelamente, desenvolveu-se toda uma pressão para a aplicação das políticas que o imperialismo impõe via Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que agora, além dos tradicionais "planos de ajustes", combinam outros de "liberalização" da economia e de privatização dos setores estratégicos até agora sob controle estatal.

## Comparação histórica

Apesar de todas as dificuldades conjunturais o capital internacional tem conquistado seus objetivos: nos primeiros seis anos da década, só da América Latina houve uma transferência líquida de US\$ 145 bilhões sob a rubrica de juros e amortizações. Isto é, os países dependentes são "exportadores de capital", ou melhor, "doadores de capital" aos países imperialistas. Mesmo assim, a dívida continua a crescer, como pode se observar na tabela II.

Para se ter uma idéia comparativa do que significa a atual espoliação que sofre o "Terceiro Mundo", podemos analisar outras situações parecidas na história econômica. Depois da Primeira Guerra Mundial (1914—1918), os países vencedores impuseram à Alemanha o pagamento por "reparos de guerra" de uma quantia que oscilou entre 2 e 3,5% do seu PIB nos anos 20 e 30. Esses pagamentos absorveram em torno de 15% do valor das exportações alemãs da época.

O célebre economista burguês John Maynard Keynes observou que esta política traria como consequência uma "queda acentuada do nível de vida da população". Foi nesse caldo inclusive que cresceria o Partido Nazista frente a um movimento operário dividido entre social-democratas e comunistas) e entregues aos devaneios capitaluladores da III Internacional estalinizada.

Se as condições impostas à Alemanha derrotada em 1919 foram consideradas "teríveis" na época, o que pensar dos países da América Latina que para fazer frente aos juros da dívida externa transferem entre 5 e 6% do seu PIB (ver tabela I), e que para tanto utilizam entre 30 e 50% dos recursos obtidos com as exportações?

Um salário mínimo abaixo de US\$ 40 mensais; 65% da população economicamente ativa (PEA) ganhando até um salário mínimo; e 70 milhões de pessoas vivendo em condições de precariedade absoluta, espelham bem as terríveis consequências da política imperialista no Brasil. Ao lado disso, é o próprio desenvolvimento do capital produtivo que foi obstaculizado pelo pagamento da dívida, como pode se observar na tendência decrescente da taxa de investimentos tanto na América Latina quanto no Brasil.

## Do pagamento à conversão

Quando a crise da dívida externa se instala com a declaração de insolvência do México em 1982, toda a política dos grandes bancos e do FMI se orienta no mesmo sentido: obrigar os países endividados a diminuir a demanda interna (achatando salários, reduzindo gastos sociais, suprimindo subsídios de produtos básicos, aumentando impostos indiretos etc.) ao lado de um esforço para aumentar as exportações. Mas os resultados desta política não fo-



**O capital imperialista desenvolve uma nova fase da sua agressão contra as economias do "terceiro mundo". Um novo tratamento para os impasses da dívida externa e a aplicação das normas ortodoxas do FMI garantem a continuidade da espoliação de nossas economias e do aumento da miséria nos países dependentes. Neste artigo, uma radiografia da nova fase da estratégia imperialista, elaborada a partir de um artigo de Charles-André Udry, publicada na revista INPRECOR de março deste ano.**

Américo Bernardes

ram nada brilhantes. A cada sucesso se seguiu uma queda maior.

Esta política trazia problemas insolúveis. Na perspectiva de aumentar as exportações para obter dólares e pagar os juros da dívida, os países dependentes tinham que passar a competir com os países imperialistas no mercado internacional. Além disso, os preços de matérias-primas — que contituem uma parcela importante das exportações do Terceiro Mundo — sofreram uma deterioração crescente, com o que o esforço interno era cada vez mais insuficiente frente às necessidades de divisas internacionais. E, finalmente, o prolongamento dessa política fazia mergulhar o país em uma recessão insustentável do ponto de vista dos interesses da própria burguesia local.

Frente a esse impasse, o capital internacional elaborou sua nova estratégia.

## Política e economia da conversão

A conversão da dívida em investimento constituiu-se, em primeiro lugar, em um mecanismo de aprofundamento da gestão imperialista sobre os recursos nacionais, ou de "co-gestão" entre a burguesia internacional e nacional de tais recursos. É um momento privilegiado da internacionalização e subordinação das economias do "Terceiro Mundo". O resultado disso, a longo prazo será, sem dúvida, um novo patamar de dominação imperialista e uma disposição ainda mais servil da burguesia nacional em relação ao capital imperialista.

Mas a conversão é antes de mais nada um grande negócio. Funciona, grosso modo, da seguinte maneira: existe hoje um "mercado secundário" de dívidas onde, com um determinado deságio, tais dívidas (na forma de títulos) são "vendidas". Como a crise está instalada, uma dívida de US\$ 100 milhões pode ser comprada por US\$ 60 milhões (isto é, um deságio de 40%), já que o mercado reconhece que é de difícil cobrança. Um caso extremo de inadimplência, o da Bolívia, faz com que sua dívida seja negociada no "mercado secundário" com 90% de deságio.

Uma empresa multinacional interessada em investir ou em ampliar investimentos num país "compra" tal dívida, se faz possuidora de um título. Então, troca o título (pelo seu valor no-

minal) por dinheiro do Banco Central do país, isto é, moeda local (não conversível). Ganhou o banco credor que provavelmente não recuperaria mais o dinheiro da dívida; ganhou a multinacional que por um montante menor de divisas obteve uma quantia maior de dinheiro local para aplicar em investimentos ou mesmo em especulação.

Este mecanismo cria a ficção de que a dívida do país diminui sem nenhum custo, já que o Banco Central não teve que emitir dólares obtidos via exportação. Mas, a verdade é que a dívida está sendo paga com a entrega de recursos do país às multinacionais, quando o Banco Central entrega a estas o dinheiro local e dá-lhes liberdade de comprar sua participação em todos os setores da economia local. Com a política anterior do FMI o preço de pagamento da dívida era a miséria e a recessão, agora, com a nova estratégia de conversão, o preço do pagamento da dívida é a entrega (do que restava) da soberania nacional.

Mergulhado numa longa onda depressiva, o capital imperialista está interessado em fazer investimentos em setores estratégicos. Isto é, a política de conversão da dívida não se orienta a realizar qualquer alocação de capitais, mas está orientada para o controle de determinados ramos de produção e distribuição.

De um lado, trata-se de investir em setores de ponta do capital, como a eletrônica. De outro, de se obter acesso a setores de serviços como bancos, seguradoras, transportes, telecomunicações etc. Em função disso, está deflagrada uma campanha internacional de privatização dos setores econômicos estatizados no "Terceiro Mundo" através do qual os governos controlam setores estratégicos, como a produção de aço, minérios, energia etc. e de liberalização das normas econômicas com vistas a facilitar o fluxo internacional de capitais e mercadorias.

Esta é a estratégia atual do capital imperialista em crise. Para o movimento operário dos países dependentes o desafio da luta pelo não pagamento é cada vez mais presente. A entrega pelos governos burgueses das economias locais ao capital imperialista mostra que só a classe trabalhadora dos países oprimidos pelo imperialismo é capaz de enfrentar as tarefas de libertação nacional.

## Sem ritos nem mitos

O novo curso da política econômica articula-se às novas estratégias do capital internacional

Com a rearticulação dos setores políticos reacionários em torno do Sarney e do "Centrão", acabaram os ensaios de "políticas alternativas" no tratamento da dívida externa. As imposições do FMI, em maior ou menor medida contempladas pelos sucessivos ministérios desde o Plano Cruzado, passaram a ser o carro chefe das definições em matéria de política econômica.

A queda de Bresser e a ascensão do Mailson da Nóbrega, burocrata formado na escola de Delfim Netto, marcaram essa virada nas relações entre o governo Sarney e o FMI, já presente com o levantamento da moratória, ainda sob Bresser.

A política aplicada pelo FMI no começo da década no país e que produziu a violenta recessão dos anos 1981-1983, entra em vigor e seus primeiros efeitos já se fazem sentir. Tal política consiste

basicamente em dar garantias de pagamentos da totalidade dos juros devidos aos bancos internacionais que em 1988 somam mais de US\$ 12 bilhões. Para tanto, os banqueiros se dispõem a "refinanciar" uma parte (que não deve ser superior a US\$ 5 bilhões) ficando uma exigência de desembolso líquido de US\$ 7 bilhões.

Esses recursos na atual conjuntura só podem ser conseguidos via comércio exterior (cujos saldos anuais o Brasil tem conseguido manter em torno de US\$ 10-12 bilhões). Porém, mais da metade desse saldo em balança comercial é usualmente gasto com serviços internacionais (transporte, fretes, seguros e reaseguros etc.), que é um ramo no qual o capital imperialista está estendendo espartamente seu domínio como nova forma de espoliação dos países do "Terceiro Mundo".

Junto a esta política de pagamento da dívida vem a implantação em grande escala da "conversão" da dívida em investimentos. O governo espera poder chegar a uma conversão anual de até US\$ 2 bilhões de dólares, pouco do ponto de vista do montante devido, mas muito se se mede pelos efeitos internos dessa conversão. Com esta política, o governo Sarney está levando os últimos resquícios de soberania nacional sobre o parque industrial e os recursos do país. O capital imperialista passa a ter um controle mais intenso dos ramos estratégico: da economia nacional (produção de energia, telecomunicações, eletrônica etc.)

## Crise e concentração

Mas para garantir os saldos comerciais os receitas do FMI conduzem o país à crise

econômica. Um violento aperto no gasto público, sobretudo, nas despesas com folhas de pagamentos e com serviços sociais, junto com uma política de arrocho generalizada, provocam um enxugamento do mercado interno, isto é, da demanda global da economia. A menos que se verifique um aumento, na mesma proporção, da procura externa, o que nesta conjuntura é improvável, a economia se desacelera e abrem-se as portas para a crise.

Expressão desse quadro é o aumento em 35 mil pessoas das fileiras dos desempregados na grande São Paulo apenas em março deste ano, a par de uma redução da produção industrial paulista em relação ao ano passado.

Mas a crise é o momento de maior tensão na concorrência intercapitalista, e com ela, da maior prodigalidade

em processos de concentração de capitais. Isto é, grandes capitais provocam a falência dos capitais menos competitivos ou com menos condições para resistir os efeitos de uma redução da atividade econômica.

Este detalhe não pode passar despercebido: nesta conjuntura é que o governo Sarney abre as portas do parque industrial e produtivo brasileiro aos capitais internacionais, incentivando-os através da conversão da dívida em investimentos. Com esta operação, tais capitais ganham de entrada a margem entre o deságio e o valor nominal pago em moeda local com que, em meio ao cenário de crise econômica, desfrutam de uma situação privilegiada. O resultado será certamente mais miséria social e uma economia ainda mais submetida à gestão direta dos multinacionais e dos bancos internacionais.

Não faz muito tempo, Walter Wriston, o diretor do Citicorp, o maior grupo bancário americano e um dos que mais se envolveram nos empréstimos aos países da América Latina, afirmava com arrogância: "as nações não vão à falência, os bancos não têm porque se proteger contra as perdas". Ele simplesmente esquecia alguns exemplos que a história do período entre as duas guerras mundiais forneceu.

Seu sucessor, John S. Reed, crê em outra política. Em maio de 1987, ele anunciou a constituição de uma reserva de três bilhões de dólares para cobrir possíveis perdas de empréstimos concedidos a países hiperendividados. Vários outros bancos seguiram logo o seu exemplo. Citamos, por ordem de importância: Chase Manhattan, Manufactures Hanover, Bank America, Chemical

New-York, American Express, Wells Fargo, Continental Illinois, Security Pacific, Mellon Bank... Em julho de 1987, estimava-se já em 16,7 bilhões de dólares, as novas reservas para credores duvidosos constituídas pelos bancos americanos, o que implica uma provisão em torno de 25 a 35% dos créditos.

Este movimento de autoproteção dos bancos traduz, em primeiro lugar, o seu julgamento sobre a gravidade da crise econômica e social da América Latina e, de forma mais geral, dos países dominados.

Antes de tudo, os bancos americanos temem ver a sua quotação de crédito ser deteriorada em função da participação de empréstimos sem garantia de pagamento em seus balanços, o que levaria a encarecer o custo de seus financiamentos.

Além disso, estes bancos desejam se encontrar em uma posição mais segura para recusar, quando da negociação de um reescalonamento da dívida, o fornecimento de mais dinheiro para um país onde não querem aprofundar seus empréstimos.

Por fim, com este provimento, eles desfrutam de uma dedução fiscal, que limita a incidência do imposto sobre os rendimentos. Tanto nos Estados Unidos como na Europa, os bancos negociam com os governos uma porcentagem de deduções fiscais que variam de acordo com a constituição de suas reservas. Dito de outra forma, são os assalariados dos países imperialistas que pagam os "golpes" dos banqueiros, enquanto que as populações do Terceiro-Mundo se sacrificam para pagar os juros da dívida.



# "A suspensão da URP é parte do ataque global às estatais"

**P**ara Gerson, a colocação em prática de uma política de ataque às empresas estatais começou com o corte cada vez maior por parte do governo nos investimentos das principais empresas (inicialmente eles incidiram com mais força nos Correios e Telecomunicações). "Desta forma", diz ele, "com a queda da qualidade dos serviços por parte de várias empresas, procura-se abrir espaço na opinião pública para a política de privatização."

As medidas de corte em investimentos, particularmente os cortes em novas contratações e ampliação do quadro de pessoal, significaram na prática um aumento dos gastos de várias empresas estatais. Isto porque elas, não podendo contratar pessoal, começam a contratar — em outros subitens orçamentários — serviço de empreiteiras, numa clara política de transferência de responsabilidades, o que é mais oneroso.

Estes exemplos, demonstram o descaso com que o governo tem tratado o serviço público e estatal. O corte da URP e as declarações e iniciativas de privatização colocam-se claramente em acordo com esta política.

No entanto, na compreensão dos dirigentes sindicais do setor, a política de privatização não significará a transferência de controle de empresas do porte de uma Petrobrás ou

outras já conhecidas pelo público. Isto poderia provocar uma forte reação social. Na verdade o governo não busca uma privatização total, mas sim de setores de prestação de serviços que necessitam de menores investimentos e que têm um peso estratégico mais importante.

O exemplo mais recente é o caso da Vicom, (empresa ligada ao Bradesco e a Roberto Marinho), que chegou a assinar um contrato com a Embratel no sentido de administrar os serviços de transferência de dados, numa clara violação ao monopólio estatal das comunicações. Foi a ação dos trabalhadores da Embratel, que prontamente foram à greve, que impediu a concretização deste contrato".

*Inserindo-se em uma dinâmica de acúmulo de forças do movimento sindical, a greve do funcionalismo público e das estatais realizada no início de maio é a primeira tentativa de resposta unificada que os trabalhadores dão à nova política econômica do governo Sarney. Para discutir as perspectivas do movimento, EM TEMPO conversou com Gerson de Almeida Silva, presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel), que hoje organiza cerca de 80% da categoria a nível nacional.*

## O corte da URP e o déficit público

Outra falácia que o governo lança no sentido de encobrir sua política é o discurso sobre o peso dos salários e sua relação com o déficit público, ou ainda sobre o tamanho excepcional que teria o déficit público brasileiro.

Para Gerson, o corte da URP representa uma satisfação que o governo dá ao FMI, aos banqueiros internacionais no sentido de viabilizar os acordos pretendidos. "O governo não mexe nos investimentos e socorros à iniciativa privada, mas corta os salários dos trabalhadores."

"Para se ter uma idéia, de 1970 para cá, enquanto houve uma diminuição real do peso da folha de pagamentos do governo em relação ao PIB, os incentivos à burguesia — sob as mais variadas formas — aumentaram em cerca de sete vezes. Além disto, para se ver a falácia que é a colocação de que o déficit brasileiro é gigantesco, basta ver a relação entre o déficit e o PIB de vários países: no Brasil é 3,6%, nos Estados Unidos vai para 6,1%; já na Itália, Argentina e Bélgica ficam na casa dos 13%".

## A resposta dos trabalhadores

Como resposta, "há algum tempo começaram a surgir articulações de setores de funcionalismo e de estatais lutando contra a política de privatiza-

ção ou contra o descaso do governo com os serviços públicos (neste caso particular é interessante lembrar a luta de previdenciários e de setores de educação). É importante enfatizar que sempre esteve colocado como um dos elementos chaves de todas estas lutas o controle por parte dos trabalhadores e da sociedade da gestão destes serviços."

"A estas iniciativas, soma-se a experiência de lutas recentes, em particular das greves isoladas do último ano, que mostraram a dificuldade de se obter conquistas por parte da luta de um único setor."

Na busca de superar estes problemas, reuniram-se nos dias 10 e 11 de março 99 entidades de funcionários das estatais (neste primeiro momento o funcionalismo público não participou). "Nesta plenária, apesar da heterogeneidade e das experiências de acumulação diferenciadas, chegou-se a um acordo sobre a ineficácia nesta conjuntura das lutas isoladas, além de uma análise do atraso na organização do setor".

Como nos explica Gerson, "a partir desta plenária, foram realizadas três Dias Nacionais de Lutas unificadas (nos quais as melhores mobilizações ocorreram em Porto Alegre e no Rio). Elas se colocaram mais como um processo de articulação das direções sindicais e da organização do setor nos Estados, com a estruturação dos fóruns estaduais".

A plenária de 16/17 de abril

(na qual pela primeira vez participou o funcionalismo público, chegando a reunir mais de 150 entidades), realizou-se a partir das recentes medidas econômicas adotadas pelo governo. Esta plenária marcou a greve de 3 e 4 de maio e uma nova plenária de avaliação, no dia 7 de maio no Rio de Janeiro.

Nossa compreensão, a partir da plenária, é de que ainda não há condições de realizar uma greve do funcionalismo e estatais por tempo indeterminado, dada a heterogeneidade ainda existente, graus de mobilização distintos e o fato de algumas categorias estarem recém saídas de processos de luta".

"O caráter da greve é de acúmulo de forças, para a partir de um movimento expressivo ter-se condições de avançar na luta (não só do funcionalismo e estatais) pela reposição das perdas e demais reivindicações do conjunto dos trabalhadores. Esta greve tem um perfil nacional, unitário e poderá, no bojo de uma campanha nacional que a CUT deverá dirigir, acelerar o processo de mobilização de outras categorias".

"Esta luta que realizamos agora, é de fundamental importância para barrar o corte da URP. Para nós está claro que esta iniciativa é um balão de ensaio do governo, que tem por objetivo o arrocho salarial. Esta greve terá um papel central para demonstrar que o caráter desta luta deve ser unitário e geral".



A plenária de 16/17 de abril reuniu mais de 150 entidades sindicais

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

**Jornalista Responsável:** Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

**EM TEMPO:** é uma publicação da Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.0001-10.

**Sucursais:** Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.180, fone 226-0646, **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.210 — Fone: 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal, 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

## Leia e assine

Quero assinar o Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

( ) Apoio: Cz\$ 1.000,00

( ) Normal: Cz\$ 600,00

Nome: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: ..... Estado .....

Faça uma assinatura do Em Tempo e receba de brinde um Caderno Democracia Socialista, a escolher entre os cinco já lançados. Recorte o cupom e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP.



Jesse Jackson: projetos sólidos como nuvens

## Cores novas no céu viciado da política americana

*O projeto, a estratégia e as contradições do movimento Arco-íris, que impulsiona a candidatura de Jesse Jackson à presidência da República.*

**Isaac Akcelrud**

Entre os dias 9 e 11 de outubro de 1987 desenvolveram-se os trabalhos da Convenção do **Arco-Iris**, em Raleigh, na Carolina do Norte. Eram 1.200 delegados e observadores de 35 Estados e da capital, Washinton. Objetivo imediato: eleger Jesse Jackson. Mas o **Arco-Iris** declara que não é apenas um segundo comitê eleitoral e sim uma organização progressista duradoura.

O **Arco-Iris** reagrupa muitos elementos dos movimentos pela paz, anti-intervencionista, de solidariedade e anti-apartheid. Atraiu também organizações representativas do eleitorado latino-americano, asiático-americano, árabe-americano e americano. Uma parte da base do **Arco-Iris** vem dos movimentos dos "proscritos", organizados fora dos quadros políticos tradicionais. A convenção foi marcada por um forte traço de solidariedade internacional. Falaram representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, da Organização do Povo do Su-

doeste Africano (SWAPO), do Congresso Nacional Africano (ANC) e do movimento de solidariedade ao povo palestino.

### Projeto Arco-Iris

Na campanha de 1984, Jackson lutou contra as regras do Partido Democrata para eleição dos delegados, contribuindo para esclarecer as manipulações da burocracia partidária para descartar candidatos que não sejam de seu agrado. Jackson tinha alcançado 20% dos votos nas primárias. Mas só teve 11% dos delegados. Essa é que é a "democracia do dólar". (Desta vez, o pastor não está reclamando). Mas, quando Jackson foi marginalizado em 1984, seu espaço político foi ocupado por militantes dos movimentos de luta. Dessa experiência nasceu o **Arco-Iris**. Esses militantes não de limitam a uma estratégia apenas eleitoral.

O projeto **Arco-Iris** destina-se a preservar o potencial criado pelos êxitos de Jackson de forma organizada, ao lado do Partido Democrata visando criar um novo "movimento". Durante a campanha eleitoral, os militantes deixaram-se ab-

server pelas tarefas imediatas de finanças e conquista de votos. Mas a convenção alertou-os para suas deficiências de organização e estrutura. Por exemplo, a fraca penetração em estados chaves do sul, onde é vital vencer o abstencionismo negro para substituir o voto dos brancos que migrou para os republicanos de Reagan.

A convenção revelou a dimensão agrária do movimento, ao verificar que 66% dos votos dos agricultores do Texas irão para Jackson, cuja popularidade entre os agricultores, tanto negros como brancos, é um dado político de grande importância. A destruição da exploração agrícola familiar decretou um êxodo rural de seis milhões de camponeses de 1980 para cá. São os sem-terra norte-americanos. O populismo de Jackson ajudou o setor mais radical do movimento de protesto a enfrentar a ofensiva direitista que contaminava esses pequenos proprietários expulsos da terra.

O ponto fraco do **Arco-Iris** está na sua escassa penetração sindical. Estavam presentes apenas Ken Balylock, presi-

dente da Federação Americana de Empregados do Governo (AFGE), Jan Pierce, da Associação de Trabalhadores em Comunicação, Henri Nichols, presidente do Sindicato Nacional de Trabalhadores em Hospitais e da Saúde, Clark Johnson, do Sindicato dos Mecânicos. A organização tem que enfrentar uma poderosa burocracia sindical conservadora no seio do Partido Democrata.

Mas o **Arco-Iris** tem conseguido ajudar Jackson a resistir ao protecionismo que contamina o movimento operário americano. "Não vos preocupis tanto com os japoneses e os coreanos, exclamou durante a convenção, pois foi a General Motors quem vos tirou 29 mil empregos para criá-los na Coreia do Sul. A ameaça para o movimento operário é o trabalho escravo, onde quer que apareça".

Foi notada a ausência da corrente mais importante do movimento das mulheres e de sua entidade, a Organização Nacional das Mulheres (NOW). O **Arco-Iris** conta apenas com uma comissão permanente de "mulheres" e

*Está chegando a hora das eleições presidenciais americanas. A movimentação política levanta uma ponta do véu que encobre as contradições internas do principal país capitalista do mundo inteiro. Por isto mesmo, o movimento operário independente tem o máximo interesse em saber o que lá se passa. Pela mesma razão, a imprensa burguesa escamoteia informações, tentando esconder as rachaduras da cidadela imperialista.*

*Grande parte das notícias veiculadas tratou da disputa pela indicação no Partido Democrata entre o governador de Massachusetts, Michael Dukakis, e o pastor Jesse Jackson. A disputa hoje está praticamente definida em favor de Dukakis.*

*Mas, os correspondentes brasileiros não disseram uma palavra sobre a coalizão Arco-íris (Rainbow), que é a principal artífice do crescimento da candidatura do pastor negro, Jesse Jackson. O Arco-íris não só está atraindo para a atividade política a massa marginalizada de negros, asiáticos, latino-americanos, amplamente abstencionista, como também se mostra capaz de captar votos de brancos.*

*O artigo a seguir é uma condensação da reportagem de Joana Misnik, publicado na revista Against the Current (Contra a Corrente). É uma primeira abordagem e informação inicial sobre a realidade americana do ponto de vista do movimento operário independente, colocando o problema histórico: por que ainda não há um partido operário nos Estados Unidos?*

prometeu integrar a liderança feminina na equipe dirigente da campanha de Jackson.

## A doutrina Jackson

A candidatura Jackson, em 1984 ficou restrita ao protesto negro. O ecletismo atual visa ampliar sua base. Certos setores acham mesmo que ele está subestimando a opressão racial. Pois chegou a afirmar que "há 25 anos a qu central era a violência racista". Hoje em dia, "a violência econômica é a questão central".

A campanha eleitoral de 88 está voltada para a crise econômica e seus devastadores efeitos sobre os trabalhadores e camponeses. Jackson considera que "este terreno econômico comum é o ponto de partida para uma nova coalizão, um novo Partido Democrata".

No pleito anterior, os democratas retiraram de sua plataforma reivindicações como pleno emprego e ampliação dos serviços sociais. A doutrina Jackson pretende restabelecer o controle político dos democratas sobre os movimentos de protesto. Não visa sua independência, mas sua subordinação.

Em política internacional, a doutrina Jackson permanece artiintervencionista: respeito ao direito internacional, aos direitos humanos, aos princípios da autodeterminação e de justiça econômica internacional. Condenou a invasão de Granada, apoiou o Plano Arias para a América Central. Mas ao mesmo tempo apela para uma "forte potência militar", como não se opôs à política americana no Golfo Pérsico, exigindo inclusive maior participação da França e do Japão, como aliados dos Estados Unidos.

Jackson pede um "Plano Marshall" de urgência em favor dos países do terceiro mundo, elevando seu padrão de vida "para que possamos comprar o que produzimos". Faz um vago apelo à redução do orçamento militar em benefício de trabalhos públicos.

## Algumas contradições

Essas ambiguidades de seu candidato agravam algumas contradições no caminho do Arco-Iris. A primeira a assinalar é em relação ao movimento operário independente. Setores sindicalistas de base, com uma perspectiva de luta como os Trabalhadores Negros pela Justiça (Carolina do Norte), insistiram para que o impulso da campanha eleitoral seja usado para reforçar os movimentos que tentam organizar-se no sul. O Congresso definiu o objetivo prioritário de organizar "comitês operários" para conquistar votos. Entretanto, uma outra resolução recomendou medidas para organizar as lutas no sul.

As diferentes forças operárias que apoiam Jackson temem que AFL-CIO infiltre delegados pelegos que, ao primeiro pretexto, se passem para um candidato mais "realista". Delegados confiáveis, eis a preocupação.

Os negros continuam sendo quase 50% do apoio a Jackson. Mas o aparelho negro do Partido Democrata, em sua maioria, mantem-se reservado. Remete as reivindicações para mais tarde, preocupado em manter os orçamentos e verbas de assistência social.

Em 1965, havia 500 negros eleitos no país. Em 1985 já são mais de seis mil, apesar de tudo, apenas 1,2% dos eleitos. Dois prefeitos de grandes cidades, Chicago e Baltimore, são negros. Os demais estão nas pequenas municipalidades. Sua posição nos aparelhos municipais é de grande interesse para a classe média negra. A ameaça de desemprego, em consequência da crise econômica, leva o aparelho negro a preservar essa estrutura. A tática de Jackson consiste em chegar ao maior número de delegados para arrancar concessões. A ameaça de divisão Arco-Iris está na seleção dessas possíveis concessões.

Todas essas contradições se somam no choque entre o Comitê Eleitoral oficial, que pretende dar uma caráter centris-

ta à candidatura Jackson e o Arco-Iris que luta por uma política independente.

## Falta um partido operário

Uma vasta questão histórica vem rolando no país: por que a classe operária americana não foi capaz até agora, de construir seu próprio partido político? A esquerda do Arco-Iris, agrupada em torno do Comitê Nacional por uma Ação Política Independente (CNAPI), aderiu à estratégia "de dentro para fora" como caminho para derrotar o pragmatismo reinante. A alternativa de classe, independente, como num passe de mágica, seria construída dentro do Partido Democrata através do Arco-Iris.

Jackson nem sempre cita o Arco-Iris em seus discursos. Apesar disso o CNAPI mantém o apoio à candidatura como forma de fortalecê-lo como organização independente, permanente e progressista. A política eleitoral é vista como um complemento necessário à construção dos movimentos sociais.

Mas isto não responde ao desafio da construção do partido operário. Unir os movimentos sociais, mas com que objetivo? O bipartidismo americano é no fundo um sistema antipartido pois consegue impedir que os antagonismos sociais assumam uma expressão político-eleitoral, ao perpetuar um falso "consenso dos cidadãos" manipulado pelas classes dominantes. O Arco-Iris vai reavaliar tudo depois da convenção democrata.

O melhor modo de romper o cerco seria a construção dum terceiro partido, independente, capaz de quebrar o falso "consenso" que mantém a metade da classe operária alheia ao processo eleitoral. O Arco-Iris está tentando driblar a História, através dum golpe de estado incruento no seio do Partido Democrata. O balanço final revelará, sem dúvida, que estas esperanças são tão sólidas como nuvens no céu.

# VII — A revolução chinesa

# 1927



Em 1927, o Comitê de Greve de Shanghai mobilizou 350 mil operários e artesãos em uma greve geral

**O**s levantes proletários de Xangai e Cantão em 1927, dirigidos pelo Partido Comunista, têm duas grandes razões para ocupar um lugar de relevo na história.

Constituem a experiência mais avançada do proletariado do Oriente até então, episódio que marca o fim de uma etapa e o início de um período de acúmulo de forças que culminaria com a grande revolução socialista de 1949.

Além disso, em torno deles, foi travada no interior do Partido Comunista Russo uma polêmica de grande envergadura e consequência para a história do movimento revolucionário no século XX. Foi aí que Stalin, então na direção do PCUS e da Internacional Comunista, lança e desenvolve a teoria da revolução por etapas e a estratégia do bloco das quatro classes, no qual o proletariado subordinaria sua independência política e até organizativa à burguesia nacional. A teoria da revolução por etapas, com adaptações, guiaria a ação do PC Brasileiro durante décadas.

As posições estalinistas foram, na época, duramente combatidas pela oposição no PCUS, dirigida por Trotsky. Sobre este momento decisivo da luta interna no PCUS, diz Fernando Claudin, ex-dirigente do PC espanhol, em seu livro *A crise do movimento comunista* (editora Global): "No debate teórico-político a situação de Stalin se tornou progressivamente mais difícil: os acontecimentos dão razão à oposição no que tange a China com demasiada evidência, ao mesmo tempo em que, no plano interno russo, as coisas vão num sentido idêntico. Então, Stalin passa da discussão à repressão: os opositores são impedidos de defender suas opiniões (sobretudo a propósito da revolução chinesa) na imprensa e nas organizações soviéticas: pouco depois, são excluídos do partido e, em janeiro de 1928, são deportados para a Sibéria".

## SWP lança candidatos

O Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP) dos EUA, que mantém relações fraternais com a IV Internacional, apresentou candidatos próprios: James Mac Warren, para presidente, Kathleen Mickells, para vice. Warren alerta para a crise que ameaça os trabalhadores dos países desenvolvidos e do Terceiro Mundo. A campanha de 88 está centrada na luta dos trabalhadores e agri-

cultores contra a devastação dessa crise. Apela aos sindicatos para que apoiem a luta operária na América Latina, Ásia e África contra a dívida externa e pelo fim do protecionismo imperialista. Mickells frisou a oposição ao expansionismo militar americano no mundo, exigiu a cessação da intervenção no Panamá.

O diretor da campanha, Doug Jeness, disse que o

Partido apresentará candidatos só em 20 Estados, porque, não tendo acesso automático ao pleito, o partido é obrigado a colher um grande número de assinaturas e pagar altas taxas como caução eleitoral, além de outras imposições antidemocráticas. O partido apresentará também candidatos ao Congresso e ao Senado, bem como a governadores, para melhor divulgar seu programa.

## As revoluções proletárias

A colonização chinesa, diz o historiador marxista Pierre Rousset, "chocou-se com uma sociedade pré-capitalista muito estruturada, com alto nível de desenvolvimento cultural e uma antiga estrutura de Estado, uma ideologia dominante onde a moral social prevalecia sobre a superstição e a religião, assim como uma forma particular de desenvolvimento urbano. A penetração imperialista provocou uma crise nacional global (tanto socio-econômica como político-cultural), que nunca pôde ser contida de forma duradoura". Essa crise nacional é a característica fundamental de todo um período histórico, que culmina com a revolução de 1949.

A miséria nos campos era enorme. As terras eram controladas por grandes proprietários, uma herança milenar de tradicionalismo. A crise agrária era um dos aspectos explosivos da crise nacional. Nas cidades, a classe trabalhadora vivia também em péssimas condições.

A revolução "republicana" de 1911, embora tenha conseguido derrubar o império manchú, não conseguiu manter a China unificada. Além das "zonas de influência" das várias potências imperialistas, o território chinês, em 1919, encontra-se dividido em domínios regionais dos "senhores de guerra". Sun Yat-sen, dirigente da revolução "republicana", termina se estabelecendo em Cantão, com a ajuda do governo soviético. A burguesia estava dividida em "nacional" e "compradora", essa última estreitamente ligada às potências imperialistas.

### Proletariado e marxismo

O processo de crise nacional lança a China rapidamente na época das lutas de classe modernas. A classe operária forma-se de maneira concentrada em algumas zonas mineiras e industriais do Oeste. "A existência de uma *intelligentsia* relativamente numerosa e dinâmica", que contribui para a "penetração das ideologias modernas na China, em especial do marxismo", como diz P. Rousset, será um fator que facilitará a organização da classe operária. Isso é uma das explicações para o fato de ter sido a China um dos primeiros países do "terceiro mundo" onde se organizou o Partido Comunista.

Em 1919 já funcionavam em Cantão, uma das regiões de concentração operária, 26 sindicatos. Em Xangai, organizaram-se sindicatos de têxteis, tipógrafos e metalúrgicos. Surgem, então, os primeiros jornais operários: **O trabalhador**, em Xangai, **A voz do trabalhador**, em Cantão, além de outros em Pequim.

Em Pequim, reúne-se em Cantão o primeiro Congresso Nacional de Sindicatos, com a participação de 162 delegados, representando cerca de duzentos mil trabalhadores. Neste ano, são realizadas cem greves, com a participação de mais de trezentos mil trabalhadores em centros industriais e comerciais. Também começa aí o grande boicote ao porto de Hung Hong, que dura dezesseis meses. É uma grande luta antiimperialista. O imperialismo e os seus aliados reagem a este avanço das lutas sindicais com extrema violência, produzindo um certo recesso do movimento que vai durar até 1925.

A 1ª de maio de 1925, é realizado o segundo Congresso de Sindicatos com a presença de 281 delegados, representando 540 mil trabalhadores. O terceiro Congresso Operário se reúne em 1926, com 504 delegados, representando um milhão e 240 mil trabalhadores. Esses



O I Congresso Nacional de Sindicatos, realizado em 1922 em Xangai

congressos eram expressão de um novo e forte ascenso do movimento sindical chinês, que teve o seu início no ano de 1925.

Ilustrando o fato de ser um partido profundamente ligado ao processo vivo da luta de classes, o Partido Comunista Chinês cresce rapidamente neste período. No início de 1925 tem novecentos membros e no fim deste ano já conta com dez mil. Em julho de 1926, já possui trinta mil militantes e em abril do ano seguinte, só na juventude, mobiliza cem mil.

### Bloco estratégico com a burguesia

As relações entre o PCC e o Kuomintang (Partido do Povo) foram determinadas por acordos entre a I.C. e a direção desse partido burguês. Stalin e Bukharin consideravam que existiam objetivos comuns que eram "a unificação e a independência nacional" da China. Stalin e Marynov formulam a doutrina da revolução por etapas e o bloco das quatro classes. A revolução chinesa teria no seu primeiro momento uma etapa distinta, democrática-burguesa, a ser dirigida pela burguesia nacional chinesa. Mais adiante Stalin avança na formulação da estruturação de um bloco estratégico com a burguesia nacional.

Partindo dessa compreensão stalinista foi definida a aliança entre o PCC e o Kuomintang, apesar das oposições internas no PCC. Não foi definida uma aliança entre dois partidos independentes, representando classes e objetivos estratégicos diferentes, contra um inimigo comum. Sun Yat-sen exigiu que os comunistas se filiassem individualmente e se submetessem à disciplina do Kuomintang.

Com a ajuda soviética, o Kuomintang cresceu e se transformou em uma organização centralizada e eficiente militarmente. Em 1924, Sun Yat-sen mor-

reu. O Kuomintang foi aceito como "partido simpatizante" na I.C. e o seu novo dirigente máximo, Chiang Kai Chek, foi nomeado "membro de honra" do Presidium da I.C., em processo de stalinização. "Nos mesmos dias em que Moscou lhe rende tais homenagens, Chiang Kai Chek desfere o seu primeiro golpe anticomunista. Na noite de 20 para 21 de março de 1926, encarcera os quadros comunistas da Escola Militar de Whampoa, impõe aos conselheiros soviéticos residência vigiada, prende numerosos comunistas e sindicalistas em Cantão, desarma os piquetes de greve e isola as sedes sindicais", como lembra F. Claudin.

O "grande aliado" começa a mostrar abertamente suas garras anticomunistas. A necessidade de repensar a aliança com "os nacionalistas" estava objetivamente colocada para o PCC.

No dia 15 de maio, o Comitê Executivo do Kuomintang resolve que o PCC tinha que comprometer-se a acatar estritamente a ideologia de Sun Yat-sen e entregar ao Kuomintang a lista completa dos seus membros; os comunistas não poderiam ocupar postos na direção do Kuomintang e a sua participação no aparelho dessa organização e do Estado não poderia ultrapassar um terço dos seus efetivos.

O principal dirigente do PCC propôs à Internacional a discussão da saída do PCC do Kuomintang e o estabelecimento de uma aliança sobre novas bases entre os dois movimentos. A I.C. não aceitou essa proposta. O *Pravda* a criticou e o representante soviético na China teve toda uma política de conciliação com Chiang Kai-Chek. O PCC submeteu-se à disciplina da I.C., apesar das divergências internas, e a aliança continuou como estava.

### A tragédia de Xangai

Apesar de toda a política conciliadora do stalinismo perante o Kuomintang, o movimento de massas começa a as-

cender revolucionariamente, em diversas regiões da China. O stalinismo ainda não tinha controle total do PCC, e em muitas regiões as iniciativas dos enfrentamentos eram impulsionadas pelos comunistas.

As contradições entre o movimento revolucionário dos operários e camponeses com as orientações de Chiang ficaram assim cada vez mais agudas. Stalin, porém, ainda assim, orienta que "seria um erro abandonar hoje o Kuomintang. Toda a marcha da revolução chinesa, seu caráter, suas perspectivas indicam, de modo indiscutível, que os comunistas chineses devem permanecer no Kuomintang e intensificar o seu trabalho nele".

Xangai concentrava a metade dos operários chineses. Os operários, na medida que os exércitos do Kuomintang lutavam contra os "senhores de guerra", buscavam tomar a cidade. Fizeram duas tentativas e ambas foram reprimidas. Quando os exércitos do Kuomintang estavam às portas da cidade, os sindicatos convocaram uma greve geral. Oitocentos mil atenderam a esse chamado e organizaram piquetes que tomaram a cidade. Era vitorioso o maior levante proletário da Ásia: Xangai estava nas mãos dos trabalhadores.

O PCC, disciplinado a I.C., resolveu manter a decisão da aliança com o Kuomintang e entregou Xangai ao mesmo. No dia 26 de março, os exércitos do Kuomintang entraram em Xangai. No dia 11 de abril, Chiang Kai Chek iniciou o massacre dos trabalhadores e comunistas, entre os quais alguns dos seus dirigentes, perdem a vida.

### Frutos amargos

A ofensiva contra os trabalhadores e comunistas estende-se por várias províncias. Um rio de sangue. A "esquerda" do Kuomintang diverge dessa mancha. A I.C., então, passa a considerar essa "esquerda" como representante do verdadeiro Kuomintang. Ela controla algumas províncias do interior. Logo a revolução agrária começa a surgir nessas áreas. A "esquerda" reage expulsando os comunistas do governo da "esquerda" e do exército, prendendo operários e camponeses.

A I.C. muda rapidamente sua política em relação a China: passa da aliança estratégica com a burguesia nacional, para o esquerdismo insurrecional. Várias insurreições são organizadas e outras tantas tentadas, com enormes perdas para os trabalhadores.

Em 11 de dezembro, é realizada a insurreição em Cantão, apesar do principal dirigente do PCC na cidade afirmar que isso, naquele momento, era um erro.

Apesar de todas as debilidades, foram organizados dois mil "guardas vermelhos", atacados os locais da polícia e depósitos de armas, libertados três prisioneiros, armados voluntários e a cidade foi tomada pelos trabalhadores. Começava, então, o "governo soviético" de Cantão.

As divergências entre os chefes do Kuomintang desapareceram neste momento. Reforços foram chegando de toda a parte. A resistência dos trabalhadores e comunistas contra a ofensiva do Kuomintang e seus aliados foi heróica e prolongou-se até o dia 13. A derrota da "Comuna de Cantão" significou o último intento revolucionário da classe operária chinesa nessa etapa. Nunca foi conhecido o total das vítimas.

Os erros de orientação do stalinismo tinham dado os seus primeiros trágicos frutos.

*A escalada repressiva do governo sul-africano torna urgente a luta pela ruptura total das relações políticas e econômicas mantidas pelo Brasil com este regime.*

**IMPRESSO**

# ROMPER COM O APARTHEID

**Beti Búrigo**

**O** rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o governo sul-africano tem sido uma das principais reivindicações do movimento negro na luta contra o apartheid. Os argumentos de que os mais prejudicados com essa ruptura seriam os trabalhadores sul-africanos são falsos. Todas as organizações anti-apartheid têm se manifestado pelo aprofundamento das sanções econômicas contra o regime da África do Sul. O bloqueio das importações de carvão sul-africano por outros países é uma reivindicação dos próprios mineiros sul-africanos.

Na Constituinte, foi apresentada pela deputada petista Benedita da Silva uma emenda popular que proibia o Brasil de estabelecer relações diplomáticas e celebrar acordos internacionais com países que adotam políticas oficiais de discriminação racial. A emenda foi derrotada.

**Torturas e assassinatos**

Para o dia 18 de março estava previsto o enforcamento de seis negros acusados, sem quaisquer provas, de terem participado do linchamento de um vereador negro colaboracionista no gueto de Sharpeville, em 1984. A execução foi adiada em função da pressão de várias entidades internacionais. O governo brasileiro limitou-se a fazer um apelo, através da imprensa, ao "sentimento cristão" de Pieter Botha, recusando-se a adotar uma posição oficial sobre a condenação.

O ascenso do movimento de massas na África do Sul vem sendo acompanhado de um crescimento paralelo da repressão por parte do governo. Desde a decretação do estado de emergência, em junho de 1986, mais de 25 mil pessoas foram detidas. Lideranças sindicais expressivas estão presas. Crianças e adolescentes são torturados. Em 1987, 165 sul-africanos foram enforcados, quase todos negros. Atualmente, 260 condenados aguardam execução nas prisões do

país. Em fevereiro, 19 organizações anti-apartheid foram colocadas na ilegalidade. Até o semanário católico *The New Nation* foi fechado por três meses.

Alguns governos imperialistas e uma parte das empresas que operam na África do Sul têm pressionado o governo de Pieter Botha a modificar sua política e até mesmo a revogar as leis do apartheid. Há interesses políticos e econômicos, no entanto, que impedem o imperialismo de romper efetivamente com o regime segregacionista da África do Sul.

No plano político, o governo sul-africano representa um posto avançado do imperialismo no continente africano, marcado por rupturas revolucionárias com a dominação imperialista, como as de Angola e Moçambique e pela constituição de governos não confiáveis ao imperialismo, como é o caso da Líbia.

**Falsos argumentos**

A "dependência dos minerais sul-africanos" é um falso argumento que esconde a profundidade dos interesses do imperialismo no país. A produção de ouro, de outros metais e de carvão é um dos motivos desse interesse. O que não pode ser ocultado é que o grande crescimento econômico que a África do Sul teve a partir dos anos 60 só foi possível graças a inversões de altas somas de dinheiro por parte dos países imperialistas. Em 1969, um terço do investimento estrangeiro no país estava dirigido à indústria manufatureira e apenas um quarto às minas.

O capital estrangeiro tem controle majoritário nos setores da química, petróleo, informática e automóveis.

A extração de altos lucros a partir desses investimentos tem se apoiado num mercado de trabalho dual, com diferenças absurdas de salários entre brancos e negros, sendo os cargos de chefia e supervisão reservados aos brancos.

Os Estados e o capital imperialista tiveram uma responsabilidade decisiva na derrota do movimento anti-apartheid nos anos 60-63. Hoje, a crise eco-

nômica e a possibilidade da luta anti-racista desembocar em uma crise revolucionária obrigam esses setores a rever sua política.

O sistema segregacionista, porém, é um pilar fundamental da exploração capitalista na África do Sul. A igualdade plena de direitos entre brancos, negros, e mestiços só pode ser alcançada através da derrubada da dominaçãobruguesa. Por isso, a classe dominante pode fazer reformas, mas não pode resolver a questão do racismo. A solidariedade internacional consequente à luta anti-apartheid só pode vir do movimento operário. Essa não é uma tarefa exclusiva do movimento negro, mas do conjunto dos trabalhadores e setores oprimidos.



Dulcie September, assassinada a tiros no dia 29 de março em Paris.

## Um assassinato brutal

*O assassinato de Dulcie September, representante do Congresso Nacional Africano em Paris, no dia 29 de março, recebeu pouca atenção da imprensa brasileira. O governo francês recusou-se a admitir a ligação do governo sul-africano com o atentado. Num insulto grosseiro, e antes de qualquer investigação, o ministro da defesa francês atribuiu o assassinato a um "acerto de contas entre as diversas frações de terroristas".*

**Os braços do terror**

*"O CNA deve ser perseguido no estrangeiro. Ataques como os que foram perpetrados contra as sedes do CNA em Maputo e Maseru devem ser repetidos, mais e mais vezes. (...) O objetivo não é conter, mas destruir." Essa declaração, publicada no jornal das forças armadas sul-africanas em 1983, é expressão da política de repressão à militância negra exilada em outros países, que luta pela solidariedade internacional ao movimento anti-apartheid.*

*O terrorismo do regime racista sul-africano extrapola as fronteiras nacionais, com a colaboração das autoridades de países vizinhos, como no caso de Swaziland, através de incursões militares, como a realizada no final do ano em Botswana e de comandos especializados nessas ações, como os esquadrões Z, criados no final dos anos 60 pelo Serviço Nacional de Inteligência sul-africano. Esse terrorismo se combina com o apoio às organizações guerrilheiras Renamo e Unita, que combatem pela derrubada dos regimes de Moçambique e Angola, e pela sustentação de forças mercenárias nesses territórios e na Namíbia, como é o "32º batalhão".*

*Nos últimos anos, mais de 300 militantes do CNA foram assassinados fora da África do Sul, em países da região.*

**Conexão francesa**

*A morte de Dulcie September marca um avanço na escalada terrorista do regime do apartheid, pois é a primeira vez que uma liderança do*

*CNA é assassinada na Europa. Dois atentados contra representantes do CNA em Bruxelas, em fevereiro e março, haviam fracassado.*

*O assassinato também aponta a existência de uma conexão francesa do apartheid. Além de manter um braço armado na Europa e sustentar ligações com serviços secretos desses países para obter informações sobre os movimentos anti-racistas, o governo sul-africano contribui financeiramente para a manutenção de órgãos de imprensa e associações como a ACFA (Amigos franceses das comunidades sul-africanas), à qual estão ligados deputados do RPR (Reunião pela República, Chirac) e UDF (União pela Democracia Francesa, Barre).*

*A ação do governo de Pieter Botha não se limita ao combate dos movimentos que querem destruir o sistema do apartheid na África do Sul. Mais do que isso, esse governo tem um papel importante na articulação das forças racistas e neo-nazistas a nível internacional.*